



RELATÓRIO DO GRUPO TÉCNICO DE TRABALHO – GTT SOBRE A UTILIZAÇÃO DE ISCA VIVA NA CAPTURA DE ATUNS E AFINS

I – Situação da captura de atuns e afins com isca viva

A pesca de atuns e afins com vara e isca viva, cuja espécie alvo é o bonito listrado (*Katsuwonus pelamis*), teve início por volta de 1979 no estado do Rio de Janeiro, expandindo-se para outros estados das regiões sudeste e sul, a partir de 1981. Atualmente esta frota é composta por cerca de 45 embarcações, estando sediada, principalmente, nos estados do Rio de Janeiro e Santa Catarina.

A isca viva utilizada é o juvenil de várias espécies. No início, a captura era realizada pelas traineiras, com redes de cerco. A sardinha verdadeira (*Sardinella brasiliensis*), à época, abundante e com uma ótima sobrevivência, foi adotada como a melhor isca viva. As outras espécies como a manjuba ou boqueirão são mais frágeis e necessitam de um manuseio mais cuidadoso após a captura, pois morrem com muita facilidade.

Posteriormente, surgiram pequenas frotas de cerqueiros especializadas na captura e venda da isca viva, que passaram a comercializar de forma paralela o excedente de isca, o que acarretou, em 1990, a proibição desta atividade e os atuneiros (boniteiros) que operam com esta modalidade de pesca, foram obrigados a capturar as suas próprias iscas. Pequenas redes de cerco foram adaptadas aos barcos da frota, que passaram a atuar sobre os cardumes de pequenos pelágicos.

A pesca do bonito listrado com isca viva, que durante a década de 80 despontou como um recurso pouco explorado, sendo considerada a principal alternativa de diversificação da pesca nas regiões sudeste e sul, foi responsável pelo surgimento de várias plantas de processamento e enlatamento de tunídeos nas referidas regiões. Gerou centenas de empregos diretos e indiretos, estimulou a indústria naval a construir novas embarcações e permitiu a migração de parte do esforço de pesca de pescarias tradicionais, tais como: camarão, sardinha e peixes demersais.

Com a queda de produção da sardinha verdadeira para 30 mil toneladas em 1990, a pesca com isca viva passou a ser muito criticada e responsabilizada pelo desaparecimento dessa espécie. Com a recuperação dos estoques da sardinha, entre 1993 e 1996, as críticas e pressões sobre a pesca da isca viva diminuíram. Nos últimos anos este processo volta a se repetir em função da enorme queda de produção da espécie, que em 2001, foi de apenas 17.000t.

A concentração da frota de boniteiros em regiões abrigadas, como nas praias de Bombinhas e Porto Belo no estado de Santa Catarina, agravou o problema, já que desencadeou uma série de conflitos entre os pescadores das embarcações boniteiras, os pescadores artesanais e turistas. A criação de áreas marinhas protegidas, como por exemplo, a Reserva Biológica do Arvoredo/SC, somada a área de entorno onde é proibida a captura de espécies juvenis, causou e ainda causa grandes transtornos a atividade dos barcos boniteiros que operam com vara e isca viva. Vale ressaltar que nos demais estados a situação não é diferente, existem, por exemplo, muitos conflitos no litoral norte do estado de São Paulo.



Ao contrário das outras atividades pesqueiras, a pesca de bonito listrado com vara e isca viva sentiu-se ameaçada, não pela limitação do estoque disponível de bonito, mas pela crítica situação do estoque de sardinha verdadeira, historicamente a principal isca viva utilizada.

Na realidade o estoque de bonito listrado está disponível e ainda é provável que suporte uma elevação do atual esforço de pesca. Por outro lado, a metodologia de pesca com vara e isca viva é plenamente dominada pela frota nacional mas, a limitação no que diz respeito a principal espécie usada como isca viva, a sardinha verdadeira, é um fator extremamente limitante, uma vez que a referida espécie é alvo de uma frota permissionada para capturá-la e tem toda uma cadeia produtiva que depende dessa pescaria.

Segundo dados da SEAP/PR, a frota que opera na pesca com vara e isca viva capturou, em 2004, 21.785 t de bonito listrado para uma demanda de isca viva da ordem de 800 t/ano, sendo que grande parte dessa isca utilizada foi de sardinha verdadeira. Cabe salientar, por oportuno, que a pescaria do bonito listrado no Brasil movimentava cerca de R\$ 30.000.000,00 ao ano, havendo, ainda, um incremento substancial neste montante após o processo de enlatamento.

II – O Grupo Técnico de Trabalho – GTT/Isca Viva

Com o agravamento dos conflitos entre os usuários do recursos pesqueiros, bonito listrado e sardinha verdadeira, a importância social e econômica das pescarias das duas espécies e, também, uma grande cobrança da sociedade, em 14 de janeiro de 2005, na cidade de Florianópolis/SC foi realizada Audiência Pública sobre isca viva para captura de atuns e afins, e, foi encaminhada a criação de um grupo de trabalho para elaborar proposta de ordenamento da pesca de isca viva e desenvolvimento de pesquisa de alternativas de iscas.

O referido GTT/isca viva foi criado pela Instrução Normativa MMA/SEAP/PR N.º 09, de 6 de maio de 2005, com prazo de 90 dias (foi prorrogado por mais sessenta dias), composto por representantes de várias entidades e paritário entre o setor produtivo e o Governo Federal, Anexo 1.

Competia ao GTT/isca viva: I – compilar e analisar as normas vigentes referentes à pesca de isca viva; II - discutir, elaborar e propor, se for o caso, adequações às normas que tratam das medidas de ordenamento da pesca de isca viva; III - identificar e compilar as pesquisas existentes referentes ao uso de iscas alternativas; IV - propor um programa integrado de pesquisa para o uso de iscas alternativas; e, V - identificar e compilar as informações referentes às embarcações pesqueiras que operam com a utilização de isca viva.

Foram realizadas três reuniões do GTT para avaliar e discutir todos os aspectos que envolviam a questão da isca viva e propor medidas de gestão sustentável para esse segmento da pesca. As reuniões contaram com a participação e empenho da grande maioria dos componentes e as discussões e propostas que se encontram nas atas das referidas reuniões, Anexos 2, 3 e 4, serão compiladas no presente relatório.

Foi realizada, também, com alguns componentes do GTT uma reunião, em Itajaí/SC, para discutir, avaliar e reestruturar o Projeto Piloto, "Confinamento de Isca Viva em Tanques – Redes pelas Comunidades de Pesca Artesanal", apresentado pela SEAP/PR, Anexo 5.

O citado projeto, segundo a SEAP/PR, visa promover a reintegração e participação de comunidades de pescadores artesanais no processo de captura e estocagem de isca viva em tanques – redes e o posterior fornecimento da isca para a frota atuneira, através de procedimentos monitorados e acompanhados, incluindo todos os atores sociais envolvidos nos conflitos de uso da isca viva.



III – Discussões e Resultados do GTT

Nas reuniões do GTT as discussões foram em torno da elaboração e proposição de medidas que possibilitassem uma gestão sustentável da pesca de isca viva utilizada na captura de bonito listrado, principal espécie da pesca com vara, anzol e isca viva no litoral sudeste e sul.

As competências estabelecidas pela Portaria MMA/SEAP/PR n.º 9/2005, para o GTT/isca viva, foram o ponto focal das discussões e posicionamento do Grupo e a partir destas competências as reuniões foram buscando as respostas e elaborando as propostas que serão apresentadas na Matriz de Resultados dos Trabalhos do GTT, Anexo 6.

Na 1ª reunião, após a apresentação dos componentes do GTT, a Analista Ambiental do IBAMA/CEPSUL, Ana Maria Rodrigues, fez uma apresentação sobre a situação da captura de isca viva, disposta no Anexo B da Ata da 1ª reunião.

O Coordenador da CGREP/IBAMA, José Dias Neto, complementou a apresentação da Analista Ana Maria Rodrigues com informações referentes a situação da pesca da sardinha verdadeira - principal espécie usada como isca viva, Anexo C da Ata da 1ª reunião.

Na continuidade, a Assessora Técnica da Coordenação Geral de Pesca Industrial da SEAP-PR, Vanessa Marcet Mancini, apresentou a situação da Pesca do Bonito Listrado no Brasil, conforme disposto no Anexo D da Ata da 1ª reunião.

O setor produtivo, por meio do assessor da ABRAPESCA/SC, Marco Aurélio Bailon, fez uma apresentação destacando as expectativas do setor quanto ao GTT para solucionar os problemas da pescaria de isca viva, com destaque para a existência de restrição da pesca em Unidades de Conservação, conforme consta no Anexo E da Ata da 1ª reunião.

Foram elencadas as competências e outros tópicos considerados importantes para a gestão sustentável da pesca de isca viva a serem discutidos nas reuniões do GTT:

1 - Identificar e compilar as pesquisas existentes referentes ao uso de iscas alternativas.

A Analista Ambiental Ana Maria Torres do CEPSUL/IBAMA, apresentou um levantamento inicial sobre os trabalhos de pesquisa já realizados, com ênfase no uso de isca viva para a pesca de bonito listrado, num total de 18 trabalhos, conforme disposto no Anexo 2 da Ata da 2ª reunião.

Alguns representantes do setor produtivo se manifestaram sobre a busca de alternativas para o uso de isca viva, que vem sendo tentada desde 1980 mas que até hoje nada foi resolvido.

O representante e Coordenador da CGREP/IBAMA enfatizou que o objetivo das discussões nas reuniões é exatamente buscar os meios e as pesquisas para harmonizar a coexistência das duas importantes pescarias. Ponderou que se a sardinha estivesse em boa situação, com mais de 100 mil t/ano, o impacto da pesca de isca viva para a captura de bonito listrado não seria tão agudo.

O representante da SEAP/PR enfatizou o conhecimento tradicional existente e que está se expandindo, sobre a manutenção e uso da isca viva. Destacou que há um interesse comum e a convergência para um mesmo objetivo e sugeriu recuperar estudos da UNIVALI com o uso da carpa, realizados pelo Dr. Maurício Hostim (1996).



2 – Realizar oficina para a criação de uma rede de pesquisa.

Este tópico foi discutido no item n.º 4.

3 - Propor um programa integrado de pesquisa para o uso de iscas alternativas.

Este tópico foi discutido no item n.º 4.

4 - Discutir sobre espécies e métodos para a captura de isca alternativa para a pesca de bonito e outras espécies.

Os itens 2, 3 e 4, foram discutidos juntamente, uma vez que envolviam a questão da pesquisa. Inicialmente, o representante da CGRPE/IBAMA resgatou a discussão já ocorrida sobre a possibilidade de criação de uma oficina para a viabilização de pesquisas.

O representante da SEAP/PR informou que houve reunião entre a Secretaria e o MCT sobre o tema, mas destacou que existem inúmeros esforços para a identificação das linhas de trabalho e que a oficina deverá levar em conta esses trabalhos. Portanto, acredita que deve ser evitado o acúmulo de diretrizes repetidas, sugerindo, ainda, que esta oficina ou *Workshop* fosse realizada em 2006 em função da necessidade de se viabilizar recursos financeiros.

A representante do MCT informou que todo o trabalho prévio será utilizado na concepção de uma rede ou um edital de pesquisa, portanto, o acúmulo de conhecimento é benéfico. A oficina consiste em um fórum de discussão nacional, com pesquisadores de notório saber sobre o tema e representantes do GTT, apresentando: I - um panorama da pesquisa existente no Brasil; II - a identificação da real demanda para a pesquisa; III - quais os entraves e o montante de recursos financeiros necessários; e, IV - a necessidade de criação e estrutura da rede ou do edital.

A diferença entre a rede e o edital, é que a rede é demanda induzida, o MCT aloca recursos diretamente para o grupo solucionar o problema. Enquanto que o edital é público e depende de renovações.

Diante da explicação dos formatos de financiamento para pesquisa, o representante da CGREP/IBAMA avaliou com os participantes do GTT que a rede é o formato mais adequado por ser assunto específico.

Concluindo, o MCT informou que o primeiro passo será a criação de um termo de referência, cujo modelo seria enviado a SEAP/PR e ao IBAMA, para a realização da Oficina. O custo médio da oficina é de R\$ 70.000,00, para aproximadamente 20 pessoas, incluindo os representantes do governo, do setor produtivo – armador, industrial e pesca de pequena escala. E durante a oficina a estrutura da rede será definida. Acrescentou que é importante indicar os nomes dos pesquisadores ligados ao tema (IBAMA/CEPSUL e SEAP/PR) e viabilizar as embarcações. É importante, também, que se tenha um pesquisador coordenador da rede. Por último acrescentou que, os temas a serem discutidos na oficina já poderiam ser identificados.

O representante da CGREP/IBAMA propôs a indicação de três representantes do setor para participarem da oficina, sendo, 1 dos armadores, 1 dos trabalhadores embarcados e 1 da pesca de pequena escala (artesanal) e, de preferência, que possam custear suas participações. Também sugeriu que a oficina seja enxuta com, no máximo, 10 pesquisadores.

Os temas a serem tratados na Oficina são:

- Cultivo de espécies;
- Iscas alternativas;
- Captura, manuseio e melhoria na manutenção a bordo da Isca; e



- Monitoramento. Neste tópico foi considerado que a continuidade do monitoramento dos estoques deverá ser discutida na oficina, sendo direcionada a execução desses estudos no âmbito do CGSS, REVMAR, entre outros.

Ficou definido o compromisso de trabalho conjunto do MMA, IBAMA, MCT, CNPq e SEAP-PR, com a participação de representantes do setor pesqueiro, para início do ano de 2006 e o processo de custeio para a realização da oficina e a execução das pesquisas caberá a SEAP/PR em articulação com o MCT/CNPq e MMA/IBAMA.

5 - Identificar e compilar as informações referentes às embarcações pesqueiras que operam com a utilização de isca viva.

O representante da SEAP/PR, Coordenador da área responsável pela emissão das permissões de pesca, Sebastião Saldanha Neto, destacou que o levantamento da frota que opera com o uso de isca viva, foi feito com base nas informações das embarcações permissionadas com registros nos escritórios estaduais da Secretaria. Informou que este levantamento está em uma fase preliminar, uma vez que os números compilados são oriundos de um trabalho de revisão das permissões de pesca que foi ocasionado pela necessidade de constar nas permissões uma referência a autorização de pesca de isca viva.

A pesca de atuns e afins no Espírito Santo foi caracterizada: existem cerca 260 embarcações, sendo que 40%, atuam na região sul e utilizam sardinha como isca viva na forma tradicional, adquirindo a isca viva de terceiros. Os demais 60%, que atuam na região norte, pescam com linha de mão e espinhel e utilizam iscas maiores, dominando o bonito e sardinhas adultas. Ficou acordado que esta pescaria será motivo de análise aprofundada no CPG de Atuns e Afins.

Os dados da SEAP/PR e ABAPESCA convergem quanto à frota de boniteiros: são 46 embarcações atuantes: 6 no estado do Rio Grande do Sul; 24 no estado de Santa Catarina; 16 no estado do Rio de Janeiro; e, 6 em construção no estado de Santa Catarina

6 - Discutir a pesca e fornecimento de isca viva por parte de pescadores artesanais em projetos locais, demonstrativos e monitorados.

O representante da SEAP/PR, apresentou o projeto piloto elaborado pela SEAP/PR e destacou que os locais para a execução do projeto serão indicados pelas federações de pescadores dos estados de Santa Catarina (Porto Belo), São Paulo (não tem proposta) e Rio de Janeiro (tem propostas). Cópia do projeto no Anexo 3 da Ata da 2ª reunião.

O assessor da ABRAPESCA representando o setor industrial, elogiou o projeto e apresentou o posicionamento favorável da Entidade. Ressaltou que a busca da isca no mar deve ser minimizada com alternativas, além das restrições da legislação existente, face a sua importância para o setor produtivo cujos investimentos montam 80 milhões de dólares.

O IBAMA/CEPSUL foi consultado sobre o projeto piloto da SEAP/PR e apresentou um parecer. Na oportunidade, chamou a atenção para alguns condicionantes legais e outros de mérito do projeto: 1 - a IN/MMA n.º 5/2004, estabelece que a sardinha verdadeira é uma espécie sobreexplorada, necessitando da elaboração de um plano de gestão para sua utilização; 2 - a quantidade de isca apontada é grande, quase metade da demanda atual; 3 - não há consenso sobre a proposta com os pescadores artesanais de Santa Catarina; 4 - a IN/MMA/SEAP/PR n.º 6/2004 que estabelece os critérios para o uso de águas de domínio da união para fins de aquicultura; e, 5 - a Portaria IBAMA n.º 68/2003 estabelece que os boniteiros têm que capturar a sua própria isca viva, o que proíbe a captura pelos pescadores artesanais.



O representante do MMA reiterou a posição do CEPESUL quanto ao volume de produção de isca viva indicado no projeto, não se caracterizando, portanto, em um projeto piloto. Além disso, avaliou que a grande capacidade produtiva projetada poderá mascarar o estudo sócioeconômico.

O representante da SEAP/PR esclareceu que a proposta é de se fornecer apenas 20% da demanda atual e que o excedente seria uma reserva de capacidade para atender ao período de safra.

O representante dos pescadores embarcados do estado de Santa Catarina, declarou que a proposta com o estabelecimento de apenas 3 pontos de fornecimento de isca viva é insuficiente para atender a demanda. Destacou, ainda, que os pescadores profissionais são favoráveis ao fornecimento de isca viva pelo pescador artesanal, bem como a realização de pesquisas que aumentem a disponibilidade de isca através do cultivo.

O Presidente da CNP e da FEPESC, representando os pescadores artesanais de Santa Catarina, informou que apenas uma colônia do estado, a de Porto Belo, apresentou interesse no projeto. Declarou ser contrário à captura de isca viva e luta para que os períodos de defeso estabelecido para a sardinha verdadeira, sejam respeitados pelos barcos boniteiros.

Face às divergências detectadas na discussão deste item, foi formado um subgrupo com representantes do MMA, IBAMA/CEPSUL, SEAP/PR, Armadores (RJ, SC e SP), Pescadores (RJ, SC), ABRAPESCA, Trabalhadores (3), Prefeituras (Porto Belo/SC, Angra dos Reis/RJ), Marinha (Capitania dos Portos de Itajaí) e MCT/CNPq. A finalidade deste subgrupo foi discutir de forma mais detalhada a proposta de projeto piloto elaborado pela SEAP/PR. Foi acordado que os representantes do setor produtivo avaliariam com suas bases todos os aspectos do projeto e levariam para a reunião do subgrupo, no CEPESUL, em Itajaí/SC. Referida reunião foi realizada no período de 16 a 18 de novembro de 2005.

Na ocasião, a SEAP/PR reapresentou a proposta de projeto piloto que foi amplamente debatida, avaliada e adequada tendo sido aprovada a proposta de um projeto piloto a ser realizado em Porto Belo/SC. Ficou acordado que na metade de sua execução, será procedida a primeira avaliação para eventual adequação ou replicação em outro estado.

As discussões e os resultados da reunião de avaliação do projeto piloto foram apresentados na 3ª e última reunião do GTT, Anexo 2 da Ata da 3ª reunião.

7 - Discutir sobre a paralisação da pesca de Sardinha Verdadeira para Isca Viva durante os períodos de defeso da espécie.

Nas discussões desse tópico o representante da ABAPESCA, colocou que acredita ser possível, o setor boniteiro respeitar o defeso de recrutamento. Porém, o representante dos armadores e indústria de pesca/RJ, discordou alegando que é importante ressaltar que para os barcos boniteiros só serve o juvenil da sardinha verdadeira que é exatamente o indivíduo que está recrutando.

Entretanto, após as discussões, a posição majoritária foi favorável à proposta de proibir a captura de juvenis de sardinha verdadeira como isca viva no 2º período de defeso, ou seja, no defeso de recrutamento e no 1º período de defeso, ou seja, no defeso de desova continuaria a ser utilizada.

Vale ressaltar que, o Presidente da CNP e da FEPESC, representando os pescadores artesanais de Santa Catarina, manifestou posição contrária à proposta e defendeu a proibição da captura de juvenis de sardinha verdadeira como isca viva, nos dois períodos de defeso.

Ficou definido que a questão será remetida ao CPG de atuns e Afins e ao CGSS para deliberação e posterior decisão do MMA/IBAMA.



O representante da CGREP/IBAMA salientou a pressão da sociedade sobre essa questão é grande, pois está estabelecido o tamanho mínimo de captura para a sardinha verdadeira que deve ser respeitado pela frota que a captura. Entende que a paralisação da pesca do bonito listrado será um grande problema, entretanto, a continuidade da captura de sardinha verdadeira na fase juvenil não tem consistência do ponto de vista bioecológico.

8 - Discutir possíveis áreas para a captura de isca viva.

Foi apresentado um panorama das restrições existentes à pesca de isca viva ao longo da costa brasileira, caracterizando um total de 87% das áreas de pesca de isca viva com alguma restrição a esta atividade. O representante dos pescadores embarcados do estado de Santa Catarina, apelou para que as áreas de maior tradição sejam liberadas. O representante da SEAP/PR alertou para proposta de criação de Unidades de Conservação ao sul de Florianópolis/SC o que vai restringir mais ainda.

Considerando a complexidade do assunto, o MMA/IBAMA ficou responsável para elaborar, por meio do CEP SUL, uma carta com a definição de áreas e restrições legais para a captura de espécies utilizadas como isca, inclusive, da sardinha verdadeira, principal espécie usada como isca viva.

Este trabalho, deveria contar com o total apoio dos membros do GTT que se responsabilizaram de encaminhar para o CEP SUL/IBAMA e SEAP/PR as informações sobre estas áreas, o que não aconteceu.

O que foi compilado e apresentado na última reunião foi uma base de dados que já vinha sendo trabalhada pelo CEP SUL/IBAMA. Entretanto, o MMA/IBAMA por meio do CEP SUL, concluiu a elaboração de cartas identificando as áreas com alguma restrição e mesmo proibição para a pesca, que estão nos Anexos 4^a, 4b e 4c da Ata da 3^a reunião.

Ficou acordado que será solicitado oficialmente à DHN/Marinha o registro em carta náutica das áreas restritivas à pesca, inclusive as unidades de conservação e o reconhecimento internacional pela IMO.

9 - Discutir a definição de tamanho mínimo de malha de redes para captura de isca viva.

Foi definido que o tamanho da malha deve ser o atualmente utilizado, tendo em vista que se busca capturar indivíduos de pequeno tamanho.

10 - Compilar e analisar as normas vigentes referentes à pesca de isca viva.

A legislação vigente sobre a pesca de isca viva foi apresentada, discutida e avaliada pelo GTT, excetuando as normas específicas sobre as áreas restritas à captura de iscas. Ficou acordado que a legislação será disponibilizada na página eletrônica do IBAMA.

11 - Discutir, elaborar e propor, se for o caso, adequações às normas que tratam das medidas de ordenamento da pesca de isca viva. (Revisão da Portaria IBAMA n.º 68/2003).

Foi sugerido remeter ao Comitê de Gestão do Uso Sustentável da Sardinha Verdadeira – CGSS, sugestões para adequar a Portaria IBAMA n.º 68/2003, visando explicitar exatamente quais as restrições e permissões de pesca existentes na citada norma.



O representante da ABRAPESCA, entidade do setor produtivo corroborou com a proposta e defendeu que sejam estabelecidas medidas de regulamentação da pesca de isca viva. Entretanto foi ponderado pelo grupo que este tipo de medida pode restringir a atividade do setor, como por exemplo, áreas e espécies.

O representante da CGREP/IBAMA informou que independente das decisões anteriormente citadas haverá um aperfeiçoamento da legislação sobre sardinha verdadeira, em especial, no tocante a continuidade, se for o caso, do uso da espécie como isca viva.

12 - Discutir proposta para o ordenamento específico da pesca de bonito listrado com vara e isca viva.

Após amplos debates foi acordado que esta questão será remetida ao CPG de Atuns e Afins, com a recomendação do GTT de serem tomadas medidas de ordenamento específicas para a pesca do bonito listrado.

IV – Considerações Finais

O conteúdo da Matriz de Resultados do GTT/Isca Viva foi acordado no final da 3ª e última reunião e é parte integrante deste relatório.

Foi definido que o relatório final sobre os trabalhos e resultados do GTT/Isca Viva seria elaborado a partir das Atas de Reuniões e da Matriz de Resultados do GTT e encaminhado para contribuição final dos integrantes do Grupo, por meio eletrônico.

Após consolidação das contribuições dos componentes do GTT, o IBAMA/ DIFAP encaminhará cópia para análise e posicionamento do CGSS e do GPG - Atuns e Afins e posterior recomendação ao MMA/IBAMA e SEAP/PR, respectivamente.

Foi acordado, finalmente, que as instituições representadas no GTT/Isca Viva dariam andamento aos trabalhos e/ou ações apontadas neste relatório, na brevidade e duração inerentes a cada caso.

Brasília, abril de 2006.

VERSÃO PRELIMINAR

**MATRIZ DE RESULTADOS DO GRUPO DE TÉCNICO DE TRABALHO SOBRE ISCA-VIVA – GTT/Isca Viva**

AÇÃO	RESPONSÁVEL	DATA	RESULTADO
1. Identificar e compilar as pesquisas existentes referentes ao uso de iscas alternativas.	IBAMA-CEPSUL	Concluído na 2ª Reunião	Foi apresentado um levantamento das pesquisas realizadas com um total de 18 trabalhos que constam como anexo da ata de reunião.
2. Realização de oficina para a criação de uma rede de pesquisa. 3. Propor um programa integrado de pesquisa para o uso de iscas alternativas. 4. Discutir sobre espécies e métodos para a captura de isca alternativa para a pesca de bonito listrado.	MCT, CNPq, MMA, IBAMA e SEAP-PR	Acordado na 3ª Reunião: - os procedimentos e conteúdo explicitados ao lado; - compromisso de trabalho conjunto do MMA, IBAMA, MCT, CNPq e SEAP-PR, com a participação de representantes do Setor pesqueiro, para início do ano de 2006; - o processo de custeio para a realização da oficina e a execução das pesquisas caberá a SEAP/PR em articulação com o MCT/CNPq e MMA/IBAMA	Os itens foram discutidos de forma conjunta tendo sido concluído que o primeiro passo será a criação de um termo de referência para a realização de uma Oficina, incluindo os representantes do governo, do setor produtivo – armador, industrial e pesca de pequena escala. Foi acordado, também, o estabelecimento de uma agenda para a elaboração do termo de referência. Os temas a serem tratados na Oficina são: - Cultivo de espécies; - Iscas alternativas; - Captura, manuseio e melhoria na manutenção a bordo da Isca; e - Monitoramento.
5 Identificar e compilar as informações referentes às embarcações pesqueiras que operam com a utilização de isca viva.	SEAP/PR	Concluído na 3ª reunião	Foi destacado pela SEAP/PR que o levantamento das embarcações foi feito com base nas informações das embarcações permissionadas com registros nos escritórios estaduais da SEAP/PR e que está em fase preliminar. A pesca de atuns e afins no Espírito Santo foi caracterizada: existem cerca 260 embarcações, sendo que 40%, atuam na região sul e utilizam sardinha verdadeira como isca viva na forma tradicional, adquirindo a isca viva de terceiros. Os demais 60%, que atuam na região norte, pescam com linha de mão e espinhel e utilizam iscas maiores, dominando o bonito e sardinhas

VERSÃO PRELIMINAR



			adultas. Esta pescaria será motivo de análise aprofundada no CPG de Atuns e Afins. Os dados da SEAP/PR e ABAPESCA convergem quanto à frota de boniteiros: são 46 embarcações atuantes: 6 no RS, 24 em SC, 16 no RJ e 6 em construção em SC.
6. Discutir a pesca e fornecimento de isca viva por parte de pescadores artesanais em projetos locais, demonstrativos e monitorados.	Todos;	Concluído na 3ª Reunião.	A SEAP/PR apresentou uma proposta de projeto piloto que foi debatida em reunião específica realizada no CEPESUL/SC, quando foi aprovada a proposta de projeto a ser realizado em Porto Belo/SC, tendo sua primeira avaliação na metade de sua execução, para eventual adequação ou replicação em outro estado.
7. Discutir sobre a paralisação da pesca de Sardinha Verdadeira para Isca Viva durante os períodos de defeso da espécie.	Todos	Concluído na 3ª Reunião.	A posição majoritária foi favorável à proposta de proibir a captura de sardinha verdadeira como isca viva no 2º defeso, de recrutamento, (continuando a ser utilizada no 1º defeso, de desova). Entretanto, o representante dos pescadores artesanais manifestou posição contrária à proposta e defendeu a proibição nos dois defesos para a captura da sardinha verdadeira juvenil. A questão será remetida ao CPG de Atuns e Afins e ao CGSS para deliberação e posterior decisão do MMA/IBAMA.
8. Discutir possíveis áreas para a captura de isca viva.	Todos	Concluído na 3ª Reunião	Foi apresentado um panorama das restrições existentes à pesca de isca viva ao longo da costa brasileira, caracterizando um total de 87% das áreas de pesca de isca viva com alguma restrição a esta atividade. O MMA/IBAMA por meio do CEPESUL concluirá a elaboração de cartas identificando as áreas com alguma restrição e mesmo proibição para a pesca, as quais serão anexadas ao relatório final do GTT.
9. Discutir a definição de tamanho mínimo de malha de redes para captura de isca viva.		Concluído na 2ª Reunião.	Definiu-se que o tamanho da malha deve ser o atualmente utilizado, tendo em vista que se busca capturar indivíduos de



10 Compilar e analisar as normas vigentes referentes à pesca de isca viva.	IBAMA E SEAP-PR	Concluído na 2º Reunião	pequeno tamanho. Foi apresentada a legislação vigente na 2ª reunião do GTT e consta como anexo da ata da reunião.
11. Discutir, elaborar e propor, se for o caso, adequações às normas que tratam das medidas de ordenamento da pesca de isca viva (Revisão da Portaria IBAMA n.º 68/2003).	IBAMA E SEAP-PR	Concluído na 3ª Reunião	Eventual revisão da legislação ficará na dependência das deliberações, sobre as propostas acordadas neste GTT, pelo CPG de Atuns e Afins e CGSS. O IBAMA informou que independente das decisões anteriormente citadas haverá um aperfeiçoamento da legislação sobre sardinha em especial, no tocante a continuidade (se for o caso) do uso da espécie como isca viva.
12. Discutir proposta para o ordenamento específico da pesca de bonito listrado com vara e isca viva	SEAP-PR, IBAMA e setor pesqueiro	Concluído na 3ª Reunião.	Acordou-se que este tema não é da área de competência do GTT, e que será remetido à SEAP/PR para análise específica do CPG de Atuns e Afins.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE, E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA
DIRETORIA DE FAUNA E RECURSOS PESQUEIROS – DIFAP
COORDENAÇÃO GERAL DE GESTÃO DE RECURSOS PESQUEIROS – CGREP

PNUD/BRA/01/037

PROJETO DE GESTÃO E CONSERVAÇÃO DA FAUNA E DOS RECURSOS PESQUEIROS

RELATÓRIO

INCREMENTO DO ESFORÇO DE CAPTURA DA FROTA ATUNEIRA DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
ANO: 2005

CONSULTOR / PNUD: JAIR VALENTIM DA SILVA

CONTRATO Nº: 2005/000884

TÉRMO DE REFERÊNCIA Nº: 115.482

SUPERVISOR: RICARDO VEREZA LODI
CARGO: GERENTE EXECUTIVO DO IBAMA
UNIDADE: GEREX / ES

Vitória-ES, 15 de novembro de 2005.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE, E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA
DIRETORIA DE FAUNA E RECURSOS PESQUEIROS – DIFAP
COORDENAÇÃO GERAL DE GESTÃO DE RECURSOS PESQUEIROS – CGREP

PNUD/BRA/01/037

PROJETO DE GESTÃO E CONSERVAÇÃO DA FAUNA E DOS RECURSOS PESQUEIROS

SUMÁRIO

I.	INTRODUÇÃO	pág. 3
II.	OBJETIVOS	pág. 3, 4
III.	JUSTIFICATIVA	pág. 4
IV.	MATERIAL E METÓDO	pág. 5
V.	RESULTADOS	pág. 6,...11
VI.	DISCUSSÃO E CONCLUSÃO	pág. 12
VII.	REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	pág. 13
VIII.	ANEXOS	pág. 13



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE, E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA
DIRETORIA DE FAUNA E RECURSOS PESQUEIROS – DIFAP
COORDENAÇÃO GERAL DE GESTÃO DE RECURSOS PESQUEIROS – CGREP

PNUD/BRA/01/037

PROJETO DE GESTÃO E CONSERVAÇÃO DA FAUNA E DOS RECURSOS PESQUEIROS

I. INTRODUÇÃO

Localizado no município de Itapemirim, a 95 Km, ^{da} capital, Vitória, o distrito de Itaipava concentra 100% da frota atuneira do estado, sendo o responsável por praticamente toda a produção de atuns e afins estadual. Considerada a principal atividade pesqueira do ponto de vista econômico, a pesca dos atuns emprega um grande contingente da mão de obra pesqueira, principalmente a mais especializada, sendo a responsável pela mais alta fonte de renda para a classe pescadora capixaba, proporcionando o mais alto padrão de vida da categoria em todo o estado. Constituída em quase a sua totalidade pelas maiores e mais bem equipadas embarcações do setor, variando entre 11,50 e 17,00 m. a frota pesqueira atuneira atua basicamente na região compreendida entre o extremo sul do Espírito Santo, e a região da Bacia de Campos, sendo a principal geradora de divisas para o Setor Pesqueiro Industrial do estado, o qual absorve praticamente 100% da produção, a qual é comercializada em outros estados, principalmente São Paulo, que através da CEAGESP absorve quase toda a produção capixaba, sendo que parte é comercializada no mercado local, e parte é exportada principalmente para o Japão.

II. OBJETIVOS

GERAL

- Apresentar uma análise sobre a Frota Pesqueira Atuneira, e o respectivo incremento no Esforço de Captura ocorrido no ano de 2005, no Estado do Espírito Santo.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE, E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA
DIRETORIA DE FAUNA E RECURSOS PESQUEIROS – DIFAP
COORDENAÇÃO GERAL DE GESTÃO DE RECURSOS PESQUEIROS – CGREP

ESPECÍFICO

- Promover a caracterização da frota atuneira do estado;
- Analisar as formas de Incremento no Esforço de Captura experimentado pela frota ao longo do ano;
- Determinar o quantitativo do Esforço de Captura ocorrido no período;
- Determinar a relação entre o impacto ocorrido no volume da produção pesqueira e o respectivo Incremento no Esforço de Captura;

III. JUSTIFICATIVA

A Frota Atuneira Capixaba, apesar de não ser constituída por embarcações classificadas entre as maiores, nem as mais bem equipadas do país, tem conseguido apresentar ao longo dos últimos anos uma produtividade que lhes tem assegurado um lugar de destaque na produção atuneira nacional. Este grau de eficiência no que pese a falta de programas de crédito para o Setor Pesqueiro ao longo dos últimos anos, tem conseguido atrair investimentos para a ampliação e modernização da frota pesqueira, tendo como conseqüência à introdução de novas tecnologias de captura. E, o resultado obtido tem sido proporcional ao incremento do esforço de captura, o que tem criado boas expectativas para o Setor. Portando, a cada ano, a pesca atuneira tem dado uma grande contribuição para o Setor Pesqueiro local, como um grande gerador de emprego e renda para os pescadores do estado, principalmente por absorver uma mão de obra mais especializada o que tem incentivado os pescadores a buscar cada vez mais uma melhor qualificação profissional de forma a obter uma maior renda mensal. Desta forma, esta atividade tem buscado cada vez mais uma melhoria na produtividade, tornando-a bastante lucrativa para os pescadores e armadores.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE, E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA
DIRETORIA DE FAUNA E RECURSOS PESQUEIROS – DIFAP
COORDENAÇÃO GERAL DE GESTÃO DE RECURSOS PESQUEIROS – CGREP

IV. MATERIAL E MÉTODO

Esta pesquisa fora desenvolvida a partir da coleta de informações e do cadastramento da frota pesqueira atuneira, visando determinar as características e tamanho da frota no final de 2004, o aporte de novas embarcações no ano de 2005, e as novas artes de pesca introduzidas. Para tanto, foram realizadas várias viagens até a localidade de Itaipava, com permanência no local de até 3 dias objetivando desenvolver o cadastramento da frota e realizar entrevistas com pescadores e mestres de barcos. Também foram visitados vários estaleiros navais que constroem embarcações para a frota local, a fim de colher informações sobre os serviços executados nas embarcações. Também foi de grande importância a colaboração da Associação dos Pescadores do Distrito de Itaipava (APEDI), a qual congrega quase que a totalidade da frota como associada, e que colocou todo o seu arquivo a disposição da pesquisa. Também foram coletados dados nas Empresas de Pesca da área, e junto aos pequenos armadores, os quais são os proprietários da grande maioria da frota. Contamos também com a colaboração da Colônia de Pescadores; Além destes colaboradores, participaram dos levantamentos dos Dados, os coletores do Censo Estrutural Pesqueiro. Todas as informações foram anotadas em formulários elaborados para tal finalidade. Vale ressaltar que algumas embarcações foram cadastradas em portos de outras localidades, nos quais as mesmas fazem descargas eventuais.

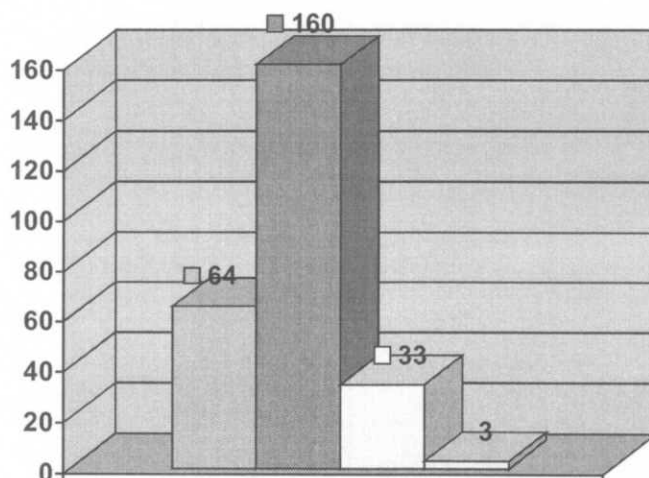


V. RESULTADOS

O trabalho de pesquisa realizado em torno da Frota Pesqueira Atuneira em Itaipava, demonstrou que a mesma é constituída por 260 embarcações, cujos comprimentos totais, variam entre 11,50 e 16,50 metros de comprimento total. Analisando-se por faixa de comprimento, a mesma apresenta a seguinte composição: 64 embarcações (24,61%), encontram-se no intervalo de 11,50 e 12,50; 160 embarcações (61,54 %), no intervalo de 13,00 e 14,00; 33 embarcações (12,70%), entre 14,50 e 16,00 metros, e 3 embarcações (1,15%) possuem 16,50 metros. Toda a frota é relativamente bem equipada, apresentando os seguintes equipamentos: G.P.S.; Eco-sonda; Bússola; Rádios de comunicação (VHF e SSB), sendo que alguns que operam a grandes distancias da costa utilizam também o telefone via satélite. Toda a frota possui o material obrigatório para a Salvatagem. Abaixo apresentamos um quadro demonstrativo da composição da frota.

Composição da Frota

Intervalo de comprimento(m)	Nº Embarcações	% da Frota
11,50 → 12,50	64	24,61
13,00 → 14,00	160	61,54
14,50 → 16,00	33	12,70
16,50	3	1,15
Total	260	100,00





MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE, E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA
DIRETORIA DE FAUNA E RECURSOS PESQUEIROS – DIFAP
COORDENAÇÃO GERAL DE GESTÃO DE RECURSOS PESQUEIROS – CGREP

No ano de 2005 até a presente data, a frota pesqueira local teve um incremento em seu Esforço de Pesca, de 11 embarcações, na faixa de comprimento entre 14,00 e 16,50m., equivalentes a 4,23 % do seu total, sendo que no mesmo período o incremento na produção pesqueira foi proporcionalmente superior.

O tempo médio por viagem de porto a porto, varia de acordo com a época do ano, no entanto situa-se em torno de 12 (doze) dias. A partir do mês de setembro, quando se inicia a chama safra do Dourado (*Coryphaena* sp.), o tempo de viagem cai para a média de 9 (nove) dias, prolongando-se este tempo médio de viagem até o mês de janeiro do ano seguinte quando a presença desta espécie na costa capixaba começa a escassear. De acordo com o porte da embarcação, a mesma opera com uma tripulação entre 6 e 10 pescadores. Cada tripulação possui em sua composição no mínimo: 1 mestre; 1 motorista, e 1 gelador.

Analisando-se as artes de pesca utilizadas pela frota observa-se as seguintes modalidades: Linha de mão; Vara com Molinete; Linha de Corrico; Espinhel comum; e Espinhel Long-line. Vale ressaltar que os Espinhéis Long-line utilizados na área, possuem entre 20 e 32 milhas náuticas (37 a 60 Km.) de extensão, e são recolhidos através de guinchos hidráulicos, sendo os anzóis colocados a um espaçamento médio de 20 metros.

Os tipos de iscas empregados são bastante variados, sendo utilizadas as seguintes espécies: Bonito; Xixarro; Pula-pula (Atum pequeno); Xerelete; Sardinha; Enchova, Olhudo, Polvo e iscas artificiais. No entanto, a isca mais tradicional é o Bonito. Algumas embarcações, eventualmente operam com isca viva e possuem uma tina com bomba de circulação para o acondicionamento desta, localizada na proa da mesma.

Toda a frota utiliza como insumo para a conservação do pescado a bordo, o gelo em escama, uma vez que nenhuma embarcação possui sistema de resfriamento próprio.

No momento do embarque os exemplares de atuns (*Thunnus* sp.) são envolvidos em embalagens de proteção a fim de evitar qualquer espécie de trauma na massa muscular que possa comprometer a aparência do produto, desvalorizando-o para a exportação. Logo após, é feito o processo de sangramento para aumentar a capacidade de conservação.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE, E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA
DIRETORIA DE FAUNA E RECURSOS PESQUEIROS – DIFAP
COORDENAÇÃO GERAL DE GESTÃO DE RECURSOS PESQUEIROS – CGREP

O Atum é comercializado inteiro resfriado, através de uma classificação por faixa de peso, observando a seguinte convenção:

- Vaquara (Atum) – até 15 Kg.;
- Atum pequeno – de 16 a 25 Kg.;
- Atum médio – de 26 a 40 Kg.;
- Atum grande – acima de 40 Kg.;

De acordo com a faixa de peso, o valor por quilo vai adquirindo uma expressiva valorização, pois o valor de comercialização do quilo da Vaquara chega a ser em média de apenas 15% do valor do quilo do Atum grande.

O quadro abaixo apresenta uma Estratificação da Frota Atuneira:

Nº Embarc.	Intervalo de Comp.(m)	Tempo de Viagem	Artes/ Pesca	Isca	Tripul.	Equipamentos
260	11,50 →16,50	Fev/set = 12 –15 dias out/jan = 09 - 11dias	Linha de mão; Vara com Molin. Corrico;Espinhel	Bonito;Pula-Pula Xixarro: Olhudo; Lula; Artificial; Enchova; Polvo	06 → 10	Sonda; Rádios; GPS; Bússola; Telef./ satélite

A atividade pesqueira na região apresenta a seguinte particularidade; geralmente a partir do mês de junho até setembro, há uma grande predominância na captura de Atuns grandes, com o respectivo desaparecimento do pequeno, e apesar de ter como objetivo principal durante todo o ano a pesca do Atum, parte da frota ao longo do ano também se dedica a outras capturas, que de acordo com o período se mostram tão lucrativas quanto os Tunídeos. Como exemplo poderíamos citar o Espadarte ou Meca (*Xiphias gladius*), e o Dourado (*Coryphaena sp.*), sendo que o Meca, de alto valor comercial no mercado de exportação é pescada durante todo o ano, enquanto que o Dourado tem a sua captura concentrada no período de outubro a janeiro. Durante a safra do Dourado, quase 50% da frota concentra o seu esforço de captura nesta espécie, o que acaba refletindo na produção do Atum que apresenta uma redução no período.

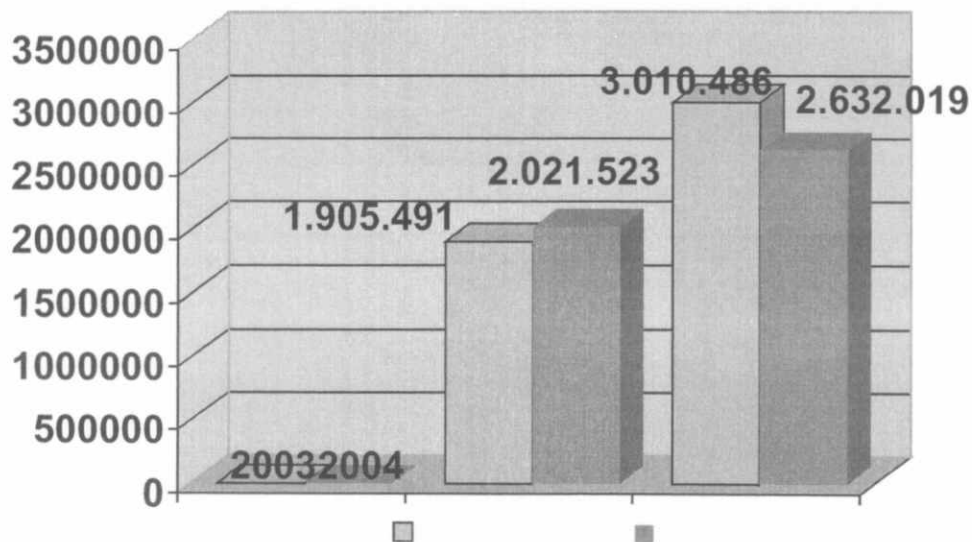
Em seguida apresentamos uma tabela e o gráfico comparativo.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE, E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA
DIRETORIA DE FAUNA E RECURSOS PESQUEIROS – DIFAP
COORDENAÇÃO GERAL DE GESTÃO DE RECURSOS PESQUEIROS – CGREP

Ano	Produção de Tunídeos (Kg)	Produção do Dourado (Kg)
2003	1.905.491	3.010.486
2004	2.021.523	2.632.019

Comparativo de Produção



Analisando-se os dados acima se observa que, apesar do Dourado ter a sua captura concentrada em um período de apenas quatro meses durante o ano, o mesmo representa o maior volume de produção do estado entre todas as espécies produzidas. Pois, durante o seu período de safra várias comunidades pesqueiras concentram os seus esforços nesta espécie, muito embora o maior volume de produção cerca de 70%, seja produzido por Itaipava.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE, E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA
DIRETORIA DE FAUNA E RECURSOS PESQUEIROS – DIFAP
COORDENAÇÃO GERAL DE GESTÃO DE RECURSOS PESQUEIROS – CGREP

A produção total de Tunídeos no estado vem aumentando gradativamente desde 2003, inclusive com uma C.P.U.E acima da expectativa. Este fato tem incentivado os investimentos no Setor que apesar da falta de crédito, têm investido com recursos próprios no mesmo. As tabelas e o gráfico apresentados em seguida demonstram esta tendência em períodos equivalente nos últimos três anos.

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO ATUNEIRA

Período: janeiro → julho

ANO: 2003

ESPÉCIES	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL	TOTAL
ALBACORA	19.870	20.226	18.824	16.991	26844	54.603	18.679	176.037
ATUM	115.630	102.840	92.150	86.910	95370	134.120	149.380	776.400
TOTAL GERAL	135.500	123.066	110.974	103.901	122.214	188.723	168.059	952.437

ANO: 2004

ESPÉCIES	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL	TOTAL
ALBACORA	21.390	22.021	22.855	23.480	23.960	20.841	22.757	157.304
ATUM	89.560	86.540	81.370	102.131	101.197	160.670	195.420	816.888
TOTAL GERAL	110.950	108.561	104.225	125.611	125.157	181.511	218.177	974.192

ANO: 2005

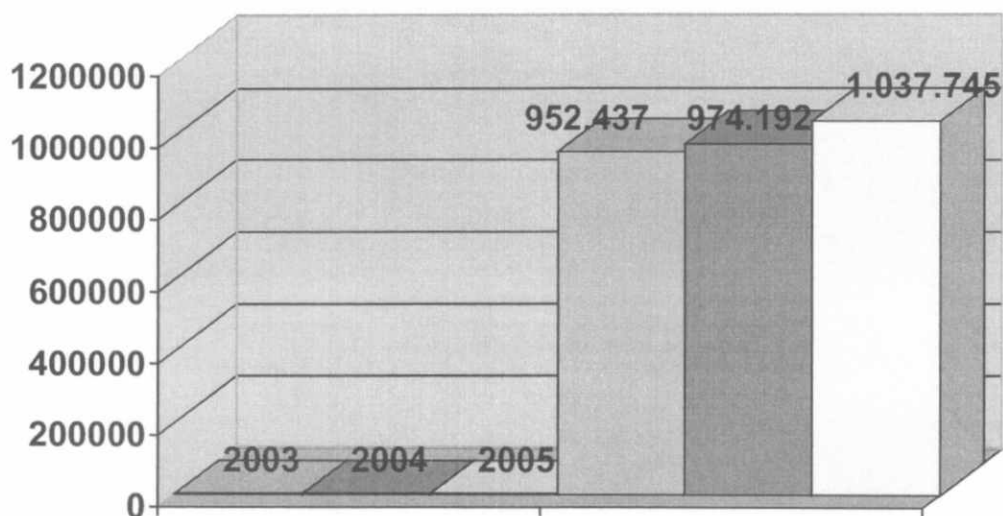
ESPÉCIES	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL	TOTAL
ALBACORA	21.580	17.200	17.110	15.650	17.468	25.710	28.320	143.038
ATUM	120.350	110.290	110.210	105.295	130.430	150.940	167.192	894.707
TOTAL GERAL	141.930	127.490	127.320	120.495	147.898	176650	195.512	1.037.745



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE, E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA
DIRETORIA DE FAUNA E RECURSOS PESQUEIROS – DIFAP
COORDENAÇÃO GERAL DE GESTÃO DE RECURSOS PESQUEIROS – CGREP

COMPARATIVO DAS PRODUÇÕES ESTRATIFICADAS

Ano / Espécie	Albacora	Atum	Total
2003	176.037	776.400	952.437
2004	157.304	816.888	974.192
2005	143.038	894.707	1.037.745



O gráfico demonstra um gradativo aumento na produção, com maior destaque para o período 2004 – 2005, quando observamos uma maior elevação.

Ressalta-se que a produção em 2005 poderia ser maior caso parte da produção da frota não tivesse sido desembarcada em Cabo Frio (RJ), em virtude do maior preço de comercialização oferecido no período naquele local.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE, E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA
DIRETORIA DE FAUNA E RECURSOS PESQUEIROS – DIFAP
COORDENAÇÃO GERAL DE GESTÃO DE RECURSOS PESQUEIROS – CGREP

VI. Discussão e Conclusões

Segundo informações colhidas junto aos vários segmentos do Setor Pesqueiro Capixaba, o Porto Pesqueiro de Itaipava historicamente sempre representou uma referência de produção para a atividade, chegando atualmente a representar cerca de 20% de toda a produção pesqueira do estado. A importância da captura dos Atuns e afins para essa localidade já vem de décadas, o que ocasionou uma especialização dos profissionais locais nesta captura, e a concentração da pesca Atuneira do estado nessa localidade, de modo que em nenhum outro porto do estado existe embarcações cuja captura seja direcionada para captura do Atum.

A atividade pesqueira é a principal atividade econômica da localidade de Itaipava e do município de Itapemirim, sendo a principal geradora de emprego e renda para população local. Um detalhe que chama a atenção entre os pescadores, é o elevado padrão de vida se comparado com os de outros municípios do estado. A boa qualificação profissional do pescador tornou a localidade uma importante exportadora de mão de obra para outros municípios, e até para outros estados. Além do grande número de empregos diretos, a pesca é responsável pela geração de um grande número de empregos indiretos, quer através do grande número de peixarias e restaurantes existentes, dos vários estaleiros, dos prestadores de serviços autônomos, até o grande movimento do comércio em toda a região que atua no fornecimento de insumos para a frota pesqueira.

A produção pesqueira local fornece pescados para mercados consumidores de todos os estados da Região Sudeste, e para alguns estados do Nordeste, o que comprova a sua importância para a economia do estado.

Apesar de representar o principal Pólo Pesqueiro do Estado, Itaipava, ainda não possui uma infraestrutura logística compatível com sua importância para o Setor. Mesmo existindo alguns entrepostos particulares fornecedores de insumos, os pescadores não dispõem de um cais para atracação dos barcos, ficando os mesmos ancorados sem qualquer proteção, submetendo-os aos riscos das condições climáticas que por várias vezes já causaram prejuízos. E a inexistência de ancoradouro obriga os pescadores a desembarcarem o pescado em caixas monoblocos transportadas na cabeça, o que às vezes acaba provocando a queda dos peixes desvalorizando para o comércio, uma situação totalmente incompatível com o volume da produção e a importância da atividade.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE, E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA
DIRETORIA DE FAUNA E RECURSOS PESQUEIROS – DIFAP
COORDENAÇÃO GERAL DE GESTÃO DE RECURSOS PESQUEIROS – CGREP

Existe a promessa por parte do Governo do Estado de que em breve será construído um Terminal Pesqueiro no local que atenderá as necessidades do Setor. A obra chegou a ser iniciada, mas, logo foi paralisada, todos os interessados continuam esperando uma solução para um problema que há muito já devia ter sido resolvido, todos os segmentos reclamam da pouca atenção dispensada pelos governantes ao Setor Pesqueiro.

VII . REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MAKOTO MIYAKE. Manual de Operaciones para Estadísticas y Muestreo de Los Tunidos y Especies Afines En El Oceano Atlantico. – Publicación de la Secretaría de ICCAT – Tercera Edición. Madri, Espanã – 1990. 189 p.

Dias Neto, José. Gestão do Uso dos Recursos Pesqueiros Marinhos no Brasil / José Dias Neto. – Brasília: IBAMA, 2003. 242 p.: il.; 22cm.

ESTATÍSTICA PESQUEIRA NACIONAL – 2002 – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis –Diretoria de Fauna e Recursos Pesqueiros- Coordenação Geral de Gestão de Recursos Pesqueiros. Brasília, setembro de 2004.

VIII . ANEXOS



3ª Reunião do Grupo Técnico de Trabalho sobre Isca Viva – GTT/Isca Viva

ATA DE REUNIÃO

PERÍODO: 12 e 13 de dezembro de 2005.

LOCAL: IBAMA/ Sede – Brasília/DF.

A DIFAP/IBAMA promoveu a 3ª reunião do GTT/Isca Viva sob a coordenação da CGREP/DIFAP e SEAP/PR, com a participação do MMA/SBF, IBAMA/CEPSUL, da SEAP/PR, do MD/Comando da Marinha, MCT e CNPq e representantes dos segmentos dos Pescadores Artesanais, dos Trabalhadores da Pesca Embarcada, dos Armadores e das Indústrias de Pesca dos estados do RJ, SP e SC.

I – SÍNTESE DAS DISCUSSÕES

O Coordenador Geral de Gestão dos Recursos Pesqueiros da DIFAP/IBAMA, José Dias Neto que coordenou a reunião, agradeceu a presença de todos, ressaltou que o prazo para conclusão dos trabalhos do GTT é para 18 de dezembro de 2005, conforme definido na portaria de prorrogação do grupo e apresentou o cronograma de atividades conforme disposto no Anexo 1 desta Ata, para orientar as discussões durante a reunião.

Ao ser retomada as discussões dos itens pendentes da oficina para a criação de uma rede de pesquisa, o representante da SEAP/PR, Luiz Bonilha, afirmou que até março de 2006 teria uma posição sobre o custeio. Este trabalho também deverá ter apoio do setor produtivo.

Na seqüência, foram retomados os itens que ficaram para ser discutidos e aprovados na presente reunião:

7. Discutir a pesca e fornecimento de isca viva por parte de pescadores artesanais em projetos locais, demonstrativos e monitorados (3 unidades)

O item foi aberto pelo representante da SEAP/PR, Luiz Bonilha, que apresentou os resultados da Reunião do Grupo composto por alguns componentes do GTT, que discutiu e avaliou o Projeto Piloto, "Confinamento de Isca Viva em Tanques – Redes pelas Comunidades de Pesca Artesanal". Referida reunião ocorreu no CEPSUL, no período de 16 a 18 de novembro de 2006, cuja Ata de Reunião está disposta no Anexo 2.

O representante da ABAPESCA, Marco Aurélio Bailon, elogiou a Reunião ocorrida no CEPSUL, ressaltando a boa vontade por parte de todos os que estiveram presentes e destacou



alguns pontos como, a extensão do projeto que deve ocorrer além de Santa Catarina, inclusive no RJ, como sugerido pelo Sindicato dos Armadores de Pesca/RJ - SAPERJ.

O representante do segmento dos trabalhadores da pesca embarcada/RJ, Manuel Julião Serra, fez constar que sua representação não foi à reunião em Santa Catarina em função da SEAP-PR ter informado que haveria um evento no Rio de Janeiro e enfatizou a necessidade do trabalho ser desenvolvido além de Santa Catarina.

O Coordenador da CGREP, José Dias, lembrou que o objetivo da concepção do Grupo que discutiu a proposta de projeto piloto era exatamente avaliar a implantação do citado projeto, considerando a necessidade de replicar em outros estados estes experimentos, após avaliação dos primeiros resultados.

A representante do IBAMA/CEPSUL, Ana Maria Torres, reforçou os resultados da reunião, na qual foi acordado que haveria a concessão de uma licença de pesquisa sem finalidade de comercialização pelo período de um ano para que ao final deste período seja avaliado o projeto e sua replicação em outras localidades. Destacou, ainda, que o motivo para ser proposto um projeto de pesquisa é para garantir o efetivo acompanhamento do impacto da atividade e facilitar os trâmites de autorização para execução mas que, se o setor e a SEAP/PR quisessem um projeto de produção, com maior volume, o IBAMA poderia discutir, porém com todo o licenciamento envolvido.

O representante do segmento dos armadores de pesca/RJ, Manoel Soares Esponjeiro, esclareceu que há o interesse do SAPERJ em ter um projeto piloto nas águas do Rio de Janeiro dentro de um projeto único mas entende o proposto pelo grupo e solicita que a Colônia Z-8 do Rio de Janeiro seja oficiada sobre esta deliberação, uma vez que não se encontra presente.

Ficou registrado que o IBAMA enviou convite à colônia Z-8 informando, inclusive, que custearia passagem e diárias e sua ausência na presente reunião não foi justificada.

O representante do segmento dos pescadores embarcados/SC, Jairo da Veiga, defendeu a implementação de mais um projeto piloto após 6 meses de execução do projeto, ponderando que até lá já deve ter resultados do projeto do CEPSUL. A representante do IBAMA/CEPSUL, Ana Maria, aproveitou para agradecer ao Sindicato dos Trabalhadores da Pesca/SC - SITRAPESCA o embarque para capturar sardinha ovada.

O representante da SEAP/PR, Luiz Bonilha, encaminhou como proposta ao GTT para a realização de uma reunião extraordinária para avaliação do projeto quando este atingir seus 50% de execução e paralelamente seria elaborado um projeto para o Rio de Janeiro a ser discutido na ocasião. O projeto prolongaria o trabalho do GTT. Reiterou a defesa de uma reunião com seis meses de projeto.

O representante do segmento dos pescadores artesanais/SC, Ivo da Silva, concorda com o projeto, mas tem dúvidas quanto aos critérios de avaliação, se as colônias vão ter permissão e se os boniteiros vão continuar a capturar suas iscas.

O Coordenador da CGREP, José Dias, ponderou que a proposta da avaliação é extremamente válida mas acredita que é premeditada a proposta do projeto para o Rio de Janeiro, não sendo conveniente criar expectativas antes dos resultados.

O representante do MMA, Roberto Galluci, relatou que o Ministério encaminhará Parecer sobre o projeto piloto à SEAP/PR e sugeriu, desde já, que o projeto preveja a avaliação da

VENSAO PRELIMINAR



sustentabilidade ambiental, econômica e social, considerando vários cenários possíveis. Resumindo, detalhou que o projeto deve ser modelável conforme os indicadores utilizados apontem, por exemplo, pelo uso de cotas.

O item foi encerrado com a aprovação de um projeto piloto no estado de Santa Catarina (Porto Belo) e com a previsão de realização de uma oficina para a avaliação dos resultados no meio de sua execução.

6. Identificar e compilar as informações referentes às embarcações pesqueiras que operam com a utilização de isca viva

O retorno dos trabalhos foi marcado pelo registro das congratulações ao representante da Marinha do Brasil pelo dia do Marinheiro.

Posteriormente, o Coordenador da CGREP, José Dias, apresentou um resumo do trabalho de caracterização da frota pesqueira do estado do Espírito Santo, elaborado pela Gerência Executiva do IBAMA no estado, na pessoa do senhor Jair Valentim da Silva, conforme consta no **Anexo 3**.

A palavra foi passada ao representante do setor pesqueiro do estado do Espírito Santo, Jorge Fernandes Freitas, que corroborou com as informações apresentadas, enfatizando que o município de Itaipava é o mais representativo da frota e salientou que haverá um profissional destacado para fazer o acompanhamento do desembarque, tendo o apoio do Ibama para o treinamento e execução. Complementou, ainda, para informar sua preocupação quanto ao uso indiscriminado da palombeta (filhote de dourado). Também registrou que na região está instalada uma empresa exportadora de atuns e afins.

Aproveitando a ocasião o representante do segmento dos armadores de pesca/RJ, Manoel Esponjeiro, solicitou ao Coordenador da CGREP, José Dias, que explicasse ao representante do Espírito Santo sobre a ICCAT, que assim o fez, destacando a necessidade do Brasil ter os melhores dados de produção de atuns e afins por espécies, para o atendimento às exigências da convenção e garantir as cotas de capturas para o Brasil.

O representante do Comando da Marinha, Carlos Serafim, questionou se existe alguma medida de ordenamento sobre o tamanho mínimo para o dourado. Respondendo ao questionamento, o Coordenador da CGREP, José Dias e o representante da SEAP/PR, Sebastião Saldanha Neto, informaram que havia um tamanho mínimo de 80 cm estabelecido pelo IBAMA mas em 2002 com a criação da SEAP/PR, essa medida de ordenamento existente para várias espécies foi retirada da IN do MMA e está a cargo da SEAP/PR o estabelecimento de novas medidas.

Foi discutida pelo grupo a caracterização da frota pesqueira do Espírito Santo e em síntese, existem 260 embarcações, sendo que 40% das que atuam na região sul do estado, utilizam sardinha verdadeira miúda como isca viva na forma tradicional, adquirindo a isca-viva de terceiros.

Os outros 60% das que atuam na região norte do estado, pescam com linha de mão e espinhel e utilizam iscas maiores, dominando o bonito e sardinhas adultas, não necessariamente

VENSAO REEFM MAR



vivas. Cerca de 30 % das embarcações atuam na região de Itaipava e outros 30 % sobem para região de Vitória ao sul da Bahia.

Deve ser destacada da discussão que a aquisição de isca viva é irregular e a modalidade de pesca praticada não está em conformidade com a permissão, devendo ser realizado um trabalho em parceria IBAMA e SEAP/PR para esclarecer os pescadores da região. Este assunto deve, inclusive, ser tratado pelo CPG de atuns e afins. Além disso, será consolidada a caracterização da frota com os dados obtidos pelo IBAMA, Associação de Pescadores e SEAP/PR. Foi perguntado também se essa frota terá que preencher o Mapa de Bordo.

Foi ressaltado, ainda, que os pescadores não possuem carteira assinada e as embarcações se distanciam muito da costa, com grandes riscos para a tripulação.

O representante do MMA, Roberto Galluci, colocou que os resultados do REVIZEE no Espírito Santo, corroboram com o que foi informado e que a frota vem mudando, como por exemplo: aumento do tamanho e quantidade das embarcações, arte de pesca e isca viva.

O representante do segmento dos armadores de pesca/RJ, Manoel Esponjeiro, informou que a frota do Espírito Santo ajuda a frota industrial do Rio de Janeiro, pois informa a posição dos cardumes de bonito listrado e pintado, permitindo que eles realizem boas pescarias, retratando uma simbiose na pescaria visto que o barco pequeno não possui grande capacidade de armazenamento.

O IBAMA se comprometeu a cruzar as informações da SEAP/PR, com a da GEREX/ES, da Associação de Pescadores e da Capitania dos Portos.

O tópico foi encerrado, informando que constará no relatório final do GTT a caracterização atualizada desta frota e foi sugerido que o CPG de Atuns e Afins tenha especial atenção a esta frota do Espírito Santo.

10. Discutir possíveis áreas para a captura de isca viva.

Foi apresentada pela representante do IBAMA/CEPSUL uma tabela com informações preliminares sobre as unidades de conservação marinhas existentes ao longo da região sudeste e sul que está no Anexo 4a, cujos dados subsidiarão a elaboração dos mapas de restrição de pesca conforme modelos em elaboração dispostos nos Anexos 4b e 4c.

O MMA/IBAMA por meio do CEPSUL concluirá a elaboração das cartas identificando as áreas com alguma restrição e mesmo proibição para a pesca, as quais serão anexadas ao relatório final do GTT. Para tanto os integrantes do GTT terão prazo de 15 dias para enviar informações sobre as restrições existentes em suas áreas de atuação.

13. Aprovação das Atas das 1ª e 2ª Reuniões do GTT – Isca Viva e Ata da Reunião do CEPSUL.

As atas foram aprovadas atendendo as solicitações de alterações feitas.

VERSÃO PRELIMINAR



8. Discutir sobre a paralisação da pesca de Sardinha Verdadeira para Isca Viva durante os períodos de defeso da espécie.

A retomada da discussão sobre este item foi baseada na proposta de proibir a captura de sardinha verdadeira como isca viva no período de defeso de recrutamento da espécie, sendo permitida a captura no defeso de desova, na safra do atum, ressalvando às representações do setor que reduzam as operações próximas as áreas de balneário e observem o uso múltiplo da água (capturas noturnas foram sugeridas).

A maioria se posicionou de forma favorável à proposta acima citada. Entretanto, o representante dos pescadores artesanais/SC, Ivo da Silva, manifestou posição contrária à proposta e defendeu a proibição da captura de sardinha verdadeira juvenil nos dois períodos de defeso pois o que vale para um pescador deve valer para o outro, considerando que a sardinha também é alimento de outras espécies.

O representante do segmento dos armadores de pesca/RJ, Manoel Esponjeiro, referendou sua proposta, argumentando que o País deve defender sua cota na ICCAT e informou que estará acionando seu sindicato para providenciar uma medida judicial preventiva visando garantir o acesso ao recurso. Além disso, defendeu que esse problema brevemente terá solução com o resultados das pesquisas, para as quais o setor atuneiro vem colaborando.

Por fim, foram registradas as posições que serão encaminhadas ao CPG de Atuns e Afins e ao CGSS para posterior decisão do MMA/IBAMA.

14. Discutir proposta para o ordenamento específico da pesca de bonito listrado com vara e isca viva

Este item será remetido ao CPG de Atuns e Afins, com a recomendação do GTT de serem tomadas medidas de ordenamento para o bonito listrado.

2. Discutir, elaborar e propor, se for o caso, adequações às normas que tratam das medidas de ordenamento da pesca de isca viva (Revisão da Portaria IBAMA n.º 68/2003).

Foi sugerido remeter ao Comitê de Gestão do Uso Sustentável da Sardinha Verdadeira – CGSS, sugestões para adequar a Portaria IBAMA n.º 68/2003, para explicitar exatamente as restrições e permissões de pesca existentes.

O representante da ABRAPESCA, Marco Bailon corroborou com a proposta e defendeu que sejam estabelecidas medidas de regulamentação da pesca de isca viva. Entretanto foi ponderado pelo grupo que este tipo de medida pode restringir a atividade do setor, como por exemplo, áreas e espécies.

II – ENCERRAMENTO

VERSÃO PRELIMINAR



A reunião foi encerrada com o agradecimento, por parte de todos os membros, a participação de todos e os esforços para a resolução dos problemas. O Grupo Técnico de Trabalho – GTT/Isca Viva foi encerrado com os seguintes encaminhamentos:

1. Encaminhamento até 16/12/2005 da consolidação da matriz de resultados do GTT/Isca Viva (anexa);
2. Aprovação do Relatório Final até o final de Janeiro de 2006 via correio eletrônico; e,
3. Disponibilização das Atas, anexos e Relatório Final via Internet.

III - PARTICIPANTES:

Nome	Instituição	Telefone	e-mail
Ana Maria Torres Rodrigues	IBAMA/CEPSUL	(47) 3348-6058	ana.rodrigues@ibama.gov.br
Carlos Frederico S. Serafim	Marinha do Brasil	(61) 3428-1323	seraphim@secirm.mar.md.br
Clemeson Jose Pinheiro da Silva	COOPE/CGREP/DIFAP/IBAMA	(61) 3316-1202	clemeson.silva@ibama.gov.br
Daniel H. G. S. de L. B. Cabral	COOPE/CGREP/DIFAP/IBAMA	(61) 3316-1228	daniel.cabral@ibama.gov.br
Ivo da Silva	FEPESC	(48) 3028-1557	fepesc@pop.com.br
Jacinta Oliveira Dias	COOPE/CGREP/DIFAP/IBAMA	(61) 3316-1228	jacinta.dias@ibama.gov.br
Jairo da Veiga	SITRAPESCA	(47) 3348-6774	stpesca@terra.com.br
José Dias Neto	CGREP/DIFAP/IBAMA	(61) 316-1480	jose.dias-neto@ibama.gov.br
Luiz Eduardo Bonilha	COGPIN/SEAP-PR	(61) 3218-2862	luizbonilha@seap.gov.br
Luiz Fernando Rodrigues	CEPSUL/IBAMA	(47) 3348-6058	Luiz.rodrigues@ibama.gov.br
Manoel Soares Espogeiro	SAPERJ	(21) 9916-4286	espogeiro@hotmail.com
Manuel Julião Serra	SIPERJES	(21) 2233-7717	e-mailsiperjes@volomail.com.br
Marcela de Castro Trajano	SEAP/PR - COREG	(61) 3218-2860	marcelatrajano@sep.gov.br
Marco A. Bailon	ABRAPESCA	(47) 3348-7524	abrapesca@terra.com.br
Roberto R Gallucci	SBF/MMA	(61) 4009-9550	roberto.gallucci@mma.gov.br
Rômulo José Fernandes Barreto Mello	DIFAP/IBAMA	(61) 3316-1650	Romulo.mello@ibama.gov.br
Sebastião Saldanha Neto	COREG/DICAP/SEAP-PR	(61) 3218-2860	ssaldanha@seap.gov.br
Ugo Eichler Vercillo	COPES/CGREP/DIFAP/IBAMA	(61) 3316-1231	ugo.vercillo@ibama.gov.br
Vanessa Marcet Mancini	COGPIN/SEAP-PR	(61) 3218-2862	vanessamancini@seap.gov.br

VERSÃO PRELIMINAR

SÍNTESE DAS DELIBERAÇÕES DO GRUPO DE TÉCNICO DE TRABALHO DA ISCA-VIVA – GTT isca-viva

AÇÃO	RESPONSÁVEL	DATA	RESULTADO
1. Compilar e analisar as normas vigentes referentes à pesca de isca viva.	IBAMA E SEAP-PR	Concluído na 2ª Reunião	Foi apresentada a legislação vigente na 2ª reunião do GTT e consta como anexo da ata da reunião.
2. Discutir, elaborar e propor, se for o caso, adequações às normas que tratam das medidas de ordenamento da pesca de isca viva (Revisão da Portaria 68).	IBAMA E SEAP-PR	Concluído na 3ª Reunião	Eventual revisão da legislação ficará na dependência das deliberações, sobre as propostas acordadas neste GTT, pelo CPG de Atuns e Afins e CGSS. O Ibama informou que independente das decisões anteriormente citadas haverá um aperfeiçoamento da legislação sobre sardinha em especial no tocante a continuidade (se for o caso) do uso da espécie como isca viva.
3. Identificar e compilar as pesquisas existentes referentes ao uso de iscas alternativas.	IBAMA-CEPSUL	Concluído na 2ª Reunião	Foi apresentado um levantamento das pesquisas realizadas com um total de 18 trabalhos que constam como anexo da ata de reunião.
4. Estabelecer oficina para a criação de uma rede de pesquisa. 5. Propor um programa integrado de pesquisa para o uso de iscas alternativas. 12. Discutir sobre espécies e métodos para a captura de isca alternativa para a pesca de bonito.	MCT, CNPq, MMA, IBAMA e SEAP-PR	Acordado na 3ª Reunião: - os procedimentos e conteúdo explicitados ao lado; - compromisso de trabalho conjunto do MMA, IBAMA, MCT, CNPq e SEAP-PR, com a participação de representantes do Setor pesqueiro, para início do ano de 2006; - o processo de custeio para a realização da oficina e a execução das pesquisas caberá a SEAP/PR em articulação com o MCT/CNPq e MMA/IBAMA	Os itens foram discutidos de forma conjunta tendo sido concluído que o primeiro passo será a criação de um termo de referência para a realização de uma Oficina, incluindo os representantes do governo, do setor produtivo – armador, industrial e pesca de pequena escala. Foi acordado, também, o estabelecimento de uma agenda para a elaboração do termo de referência. Os temas a serem tratados na Oficina são: - Cultivo de espécies; - Iscas alternativas; - Captura, manuseio e melhoria na manutenção a bordo da Isca; e - Monitoramento.
6. Identificar e compilar as informações referentes às embarcações pesqueiras que operam com a utilização de isca viva.	SEAP/PR	Concluído na 3ª reunião	Foi destacado pela SEAP/PR que o levantamento das embarcações foi feito com base nas informações das embarcações permissionadas com registros nos escritórios estaduais da SEAP/PR e que está em fase preliminar. A pesca de atuns e afins no Espírito Santo foi caracterizada: existem cerca 260 embarcações, sendo que 40%, atuam na região sul e utilizam sardinha como isca viva na forma tradicional, adquirindo a isca-viva de terceiros. Os demais 60%, que atuam na região norte, pescam com linha de mão e espinhel e utilizam iscas maiores, dominando o bonito e sardinhas adultas. Esta pescaria será motivo de análise aprofundada no CPG de Atuns e Afins. Os dados da SEAP/PR e ABAPESCA convergem quanto à frota de boniteiros: são 46 embarcações atuantes: 6 no RS, 24 em SC, 16 no RJ e 6 em construção em SC.
7. Discutir a pesca e fornecimento de isca viva por parte de pescadores artesanais em projetos locais, demonstrativos e monitorados (3	Todos;	Concluído na 3ª Reunião.	A SEAP/PR apresentou uma proposta de projeto piloto que foi debatida em reunião específica realizada no CEPSUL-SC, quando foi aprovada a proposta de projeto a ser realizado em Porto

unidades)			Belo/SC, tendo sua primeira avaliação na metade de sua execução, para eventual adequação ou replicação em outro estado.
8. Discutir sobre a paralisação da pesca de Sardinha Verdadeira para Isca Viva durante os períodos de defeso da espécie.	Todos	Concluído na 3ª Reunião.	A posição majoritária foi favorável à proposta de proibir a captura de sardinha verdadeira como isca viva no 2º defeso, de recrutamento (continuando a ser utilizada no 1º defeso, de desova). Entretanto, o representante dos Pescadores Artesanais manifestou posição contrária à proposta e defendeu a proibição nos dois defesos para a captura da sardinha verdadeira juvenil. A questão será remetida ao CPG de atuns e Afins e ao CGSS para deliberação e posterior decisão do MMA/IBAMA.
10. Discutir possíveis áreas para a captura de isca viva.	Todos	Concluído na 3ª Reunião	Foi apresentado um panorama das restrições existentes à pesca de isca viva ao longo da costa brasileira, caracterizando um total de 87% das áreas de pesca de isca viva com alguma restrição a esta atividade. O MMA/IBAMA por meio do CEPSUL concluirá a elaboração de cartas identificando as áreas com alguma restrição e mesmo proibição para a pesca, as quais serão anexadas ao relatório final do GTT.
11. Discutir a definição de tamanho mínimo de malha de redes para captura de isca viva.		Concluído na 2ª Reunião.	Definiu-se que o tamanho da malha deve ser o atualmente utilizado, tendo em vista que se busca capturar indivíduos de pequeno tamanho.
13. Aprovação das Atas das 1ª, 2ª e 3ª Reuniões do GTT – Isca Viva.	Todos	Concluído na 3ª Reunião	As atas 1ª e 2ª reunião foram aprovadas, assim como a do subgrupo que discutiu o projeto piloto (Reunião CEPSUL) e a ata da 3ª reunião será aprovada via correio eletrônico.
14. Discutir proposta para o ordenamento específico da pesca de bonito listrado com vara e isca viva	SEAP-PR, IBAMA e setor pesqueiro	Concluído na 3ª Reunião.	Acordou-se que este tema não é da área de competência do GTT, e que será remetido à SEAP/PR para análise específica do CPG de Atuns e Afins.
I - Relatório Técnico Conclusivo sobre o Ordenamento da Captura de Isca Viva.	GTT/DIFAP	Final de Janeiro de 2006	O relatório Final será submetido aos integrantes do GTT por correio eletrônico para aprovação.



ATA DE REUNIÃO DO GTT ISCA-VIVA

REUNIÃO PARA DISCUSSÃO DA PROPOSTA DE PROJETO-PILOTO DE PESQUISA PARA CONFINAMENTO E FORNECIMENTO DE ISCA-VIVA POR PESCADORES ARTESANAIS À FROTA ATUNEIRA.

Período: 16 a 18 de novembro de 2005.

Local: CEPSUL/IBAMA – Itajaí – SC

Promoção: IBAMA/ SEAP-PR

Participantes:

NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	e-mail
Ana Maria Torres Rodrigues	IBAMA/CEPSUL	(47) 348-6058	ana.rodrigues@ibama.gov.br
Antonio Alberto de S. Menezes	IBAMA/CEPSUL	(47) 348-6058	antonio.menezes@ibama.gov.br
Alfredo Filomeno	EPAGRI	(48) 3239-8119	filomeno@epagri.rct-sc.br
Carlos Augusto Loso Pinto	Marinha do Brasil	(47) 3348-2349	01@dlitajai.mar.mil.br
Celso Fernandes Lin	IBAMA/CEPSUL	(47) 3348-6058	Celso.lin@ibama.gov.br
Daniela Sarcinelli Occhialini	IBAMA/CEPSUL	(47) 348-6058	daniela.occhialini@ibama.gov.br
Fabiola Schneider	ABRAPESCA	(47) 9901-9594	Fabiola.schneider@ibest.com.br
Gil A. Reiser	ABRAPESCA	(47) 9123-5200	gilreiser@gmail.com
Ivo da Silva	FEPESC	(48) 3028-1557	fepesc@pop.com.br
João Gabriel de Miranda	Colônia Z-8 (Porto Belo)	(48) 3028-1557	fepesc@pop.com.br
Luiz Fernando Rodrigues	CEPSUL/IBAMA	(47) 3348-6058	Luiz.rodrigues@ibama.gov.br
Manoel Soares Espoheiro	SAPERJ	(21) 9916-4286	espoheiro@hotmail.com
Marcílio Santos	Colônia Z-8 (Porto Belo)	(47) 3369-5067	
Marco A. Bailon	ABRAPESCA	(47) 348-7524/99875055	abrapesca@terra.com.br
Maria de Fátima S. Silva	ABRAPESCA	(47) 3346-1942	fatimariopesca@terra.com.br
Mario Pereira	IBAMA/REBIO ARVOREDO	(48) 9991-1414	Mario.pereira@ibama.gov.br
Nicélio Assis Veloso	SITRAPESCA – Itajaí/SC	(47) 319-6342 / 348-6774	vereadornicelio@ibest.com.br
Ricardo Manoel da S.	UNIVALI	(47) 3341-7722	silvahoinkis@yahoo.com.br
Roberta A. dos Santos	CEPSUL/IBAMA	(47) 3348-6058	roberta.santos@ibama.gov.br
Roberto Wahrlich	UNIVALI	(47)	
Vanessa Marcet Mancini	COGPIN/SEAP-PR	(61) 3218-2862	vanessamancini@seap.gov.br

1. Abertura da reunião

A reunião extraordinária foi aberta pelo chefe do Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do litoral Sudeste e Sul – CEPSUL, Analista Ambiental Luiz Fernando Rodrigues, que expressou as boas vindas a todos e colocou à disposição do grupo a infra-estrutura e equipe do CEPSUL para viabilizar as tarefas a serem cumpridas pelo evento.

Na seqüência, a palavra foi repassada à Oceanógrafa Vanessa Mancini, representante da SEAP/PR, que demandou o referido encontro, visando apresentar, na íntegra, a proposta do Projeto-piloto para confinamento e fornecimento de isca-viva por pescadores artesanais, que já havia sido, previamente, enviada aos membros do GTT-isca-viva para conhecimento. O objetivo seria o de adequação da proposta, tendo em vista os questionamentos surgidos por ocasião da última reunião do GTT isca-viva, ocorrido no IBAMA, em Brasília-DF. Segundo o conteúdo da proposta e exposição efetuada, o projeto tinha como objetivos principais, buscar a integração e participação do pescador artesanal no processo de captura da isca-viva, a partir deste projeto piloto, de forma a atender especificamente as seguintes necessidades:

- Aportar uma solução viável em um curto prazo de tempo, para: 1) trazer uma alternativa de renda para as comunidades artesanais nos principais pontos de iscagem utilizado pela frota industrial, 2) minimizar a ocorrência de conflitos entre pescadores artesanais e industriais em torno da isca-viva, e 3) reduzir custos de operação da frota industrial atuneira.
- Aportar infra-estrutura necessária para a estruturação do projeto, composta por: embarcações, redes traineiras, tanques-rede, e equipamentos auxiliares para manutenção das redes, e transferências das iscas, entre outros, bem como proceder com o licenciamento da atividade;
- Proporcionar capacitação técnica ao pescador artesanal, no tocante a atividade de cerco habilitando os pescadores artesanais a participação direta no processo de captura, manutenção-armazenamento, transferência e comercialização da isca-viva, bem como sua manutenção.

- Determinar a melhor forma de manusear/capturar/transferir as espécies utilizadas como isca-viva em ambientes confinados, a partir das variáveis, como: taxa de mortalidade, densidade ideal por tanque, espécies mais resistentes, etc.
- Proporcionar capacitação para a participação do pescador artesanal no processo de fornecimento da isca-viva para a frota atuneira, de forma de uma gestão associativa/cooperativa, e promoção da organização comunitária em torno do projeto, com criação de fundo de manutenção e apoio as atividades da pesca artesanal local, com parte dos recursos advindos das transações do projeto piloto.
- Manter sistema de registro atualizado permanentemente das atividades de iscagem, e transações entre colônia e entidade representativa dos armadores de atum, proporcionando resgate das informações de volume de captura total, datas e valores das transações, para prestação de contas a comunidade local, IBAMA e SEAP/PR.
- Manter o projeto piloto em sistema periódico de auditoria pelo IBAMA e SEAP/PR.
- Desenvolver atividades de Educação e Orientação ambiental junto ao ensino fundamental nos municípios de Porto Belo e Angra dos Reis, objetivando reconstruir as Representações Sociais em torno da pesca da isca viva, e ao seu contexto ambiental, social e econômico, incluindo elaboração e aplicação de material pedagógico.

Posteriormente, a apresentação que abrangeu outros detalhes da proposta, a palavra foi repassada aos representantes das instituições/entidades presentes para manifestação e questionamentos sobre o que foi apresentado, a fim de serem sugeridas as necessárias adequações ao projeto, possibilitando a construção de uma proposta coletiva, envolvendo todos os membros presentes do GTT isca-viva.

O assessor da ABRAPESCA, Oceanógrafo Marco Aurélio Bailon, fez uso da palavra, argumentando sobre a importância do projeto, uma vez que, segundo o mesmo, sua implementação iria possibilitar responder a várias questões desconhecidas para o grupo sobre o confinamento de pequenos pelágicos utilizados como isca-viva, facilitaria na eliminação dos conflitos entre artesanais e industriais, fortaleceria o processo participativo que envolverá governo e setor produtivo, além de solucionar, parcialmente, a problemática da obtenção de isca-viva, que atualmente vem se tornando um problema grave para a frota atuneira, tendo em vista a criação de inúmeras Unidades de Conservação ao longo do litoral SE/S, que restringem a utilização destas áreas para este propósito. Adiantou que devido às dificuldades identificadas, o experimento ficaria restrito, inicialmente, a SC, em Porto Belo, envolvendo a Colônia de Pescadores de Porto Belo, que já havia sido consultada, manifestando interesse.

Na seqüência, o analista ambiental do CEPSUL, Celso Fernandes Lin ponderou que o grupo deveria considerar que a proposta não traria qualquer solução relacionada à recuperação dos estoques de sardinha-verdadeira, ao contrário, poderia promover uma corrida pelos artesanais na busca dos juvenis de sardinha, para atender à demanda dos atuneiros, para obter vantagens financeiras e promover prejuízos ainda maiores ao estoque já colapsado. Portanto, ponderou sobre a coerência da proposta em discussão.

O presidente da Confederação de Pescadores Artesanais, Sr. Ivo Silva, voltou a manifestar que, pessoalmente, não concordava com a proposta, mas que, se este era um experimento de interesse do GTT isca-viva, ele iria colaborar e, como havia se comprometido, convocou reunião entre as Colônias de SC para selecionar aquela que demonstrasse interesse em participar do projeto, sendo escolhida a Colônia de Pescadores de Porto Belo.

O Comandante da Capitania dos Portos em Itajaí, Capitão de Fragata Carlos Augusto Lobo Pinto se posicionou, orientando que o local escolhido para a instalação da estrutura de confinamento deveria ser devidamente informado à Delegacia da Capitania em Itajaí que verificaria se o mesmo, bem como a estrutura a ser utilizada, sinalização, dentre outros,

estariam adequados às normas da Marinha, que irá se manifestar, previamente, às questões relativas à segurança e à navegação.

O representante do SITRAPESCA, Sr. Nicélio Assis Veloso, declarou ser favorável ao experimento e que o mesmo era do interesse da entidade de classe que representava, considerando que o sucesso do projeto iria beneficiar tanto a frota atuneira, quanto aos artesanais.

O Sr. Manoel Soares Espogeiro (SAPERJ), igualmente, manifestou seu apoio à proposta, considerando ser esta uma oportunidade ímpar para implementar um projeto desta importância, considerando a qualidade da equipe envolvida na execução da proposta, que poderá solucionar, em médio prazo, as dificuldades relacionadas à obtenção de isca com que o setor vem lidando.

A representante da SEAP/PR, Oceanógrafa Vanessa Mancini, alertou que a proposta por ela apresentada serviria apenas como um norteador do projeto final e que poderia ser alterada pelo grupo, para adequá-la da melhor maneira possível, tornando-a viável para execução. Declarou ainda sua preocupação com os prazos, tendo em vista o fato do recurso que a SEAP dispunha para execução do projeto deveria ser empregado num curto espaço de tempo, pois do contrário seria devolvido aos cofres do governo, em função da proximidade do final do exercício de 2005 e que não havia garantias de o mesmo seria disponibilizado no próximo ano.

A analista ambiental Ana Maria Torres Rodrigues (CEPSUL) argumentou que não seria possível adequar todas as pendências até o final deste ano, pois seria necessário a reformulação do projeto, que envolveria um esforço de equipe, detalhamento e correções à metodologia, pois a mesma deverá ser mais bem detalhada e considerar as adequações sugeridas, que envolve o redimensionamento do projeto, para transformá-lo em projeto-piloto de pesquisa, sem cunho comercial. Além disto, deverão estar descritas as técnicas para o manejo das iscas no tanque-rede durante todas as etapas do processo, desde a captura, durante o confinamento e o abastecimento dos atuneiros, que ocorrerá em sistema

de rodízio supervisionado. Além das questões técnicas, outras, de natureza legal, devem ser superadas para que o IBAMA possa apoiar a proposta, pois para o desenvolvimento e construção do Projeto-piloto de pesquisa de confinamento de organismos em tanques-redes em Águas de Domínio da União, as regras estabelecidas pelo Decreto N° 4.895/03 que trata da Cessão de Uso de Espaços Físicos em Águas de Domínio da União, com fins para a aqüicultura e a IN Interministerial N° 06/04 que estabelece normas complementares para uso destes espaços para fins de aqüicultura deverão ser observadas, A Portaria IBAMA N° 68/03 que permissiona a captura de isca, exclusivamente, aos atuneiros deverá ser readequada a esta situação. O Decreto N° 99.142/90 que institui a REBIO Arvoredo e respectiva Portaria IBAMA N°81-/04 que instituiu seu Plano de Manejo, a NORMAN N° 11, que define ordenamento do tráfego viário segurança à navegação e a consulta ao GERCO/SC, uma vez que já existem os critérios do Zoneamento Ecológico-Econômico elaborados para ocupação desta região do litoral catarinense, devem, igualmente, ser considerados, evitando-se o confronto com outros interesses de usos previstos para a área em questão.

O analista ambiental Mário Pereira, chefe da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo compareceu ao 2º dia da Reunião, a pedido do CEPSUL, para esclarecer a possibilidade do projeto ser instalado na **Zona de Amortecimento** da REBIO Arvoredo. Segundo ele, não há restrições legais quanto à existência de atividades como a pesca artesanal e o turismo nesta área, considerando que o art.4º do Decreto de criação da Unidade deverá ser revogado. Contudo, enquanto isto não ocorrer, seus termos proíbem a captura de indivíduos juvenis de qualquer espécie, inclusive na referida **Zona de Amortecimento**. Complementou, argumentando que o Plano de Manejo da Unidade prevê a possibilidade do desenvolvimento de projetos de pesquisa nesta área, considerando que, sob o ponto de vista sócio-econômico, poderá ser um benefício à comunidade local, auxiliando no processo de gestão da UC.

O responsável pela Unidade manifestou, contudo, a preocupação com questões relacionadas às quantidades retiradas do meio para o objetivo em questão, sugerindo que estejam previstos os limites e medidas eficazes de controle para ser evitada a retirada de

volumes que possam vir a promover impactos aos estoques que já se encontram debilitados. Portanto, é favorável ao desenvolvimento de um projeto-piloto de pesquisa e não de um Projeto de Produção, descartou que estivesse caracterizada qualquer relação comercial entre as partes envolvidas (pescador artesanal e industrial) durante todo o período de vigência do projeto.

Uma vez confirmada a possibilidade de execução do Projeto na área pretendida, a próxima etapa envolveu a definição do papel das partes envolvidas durante a execução do projeto, bem como a descrição dos critérios básicos que deveriam compor o referido projeto.

- SEAP: aprovação da proposta final de projeto, repasse do recurso e supervisão do projeto;
- IBAMA: aprovação da proposta final de projeto, supervisão da execução, monitoramento da atividade, adequação de normas e concessão de licença de pesquisa;
- Colônia Z08/Porto Belo: Proponente, executora
- ABRAPESCA e SAPERJ: Intervenientes (parceiros/contrapartida), beneficiários;
- UNIVALI: unidade interveniente no Projeto;
- EPAGRI: Promover a integração entre a Colônia de Pescadores e os industriais e dar apoio ao processo de manejo da isca-viva no tanque-rede;
- SITRAPESCA: não se manifestou quanto à sua participação no projeto;
- Capitania dos Portos: aprovar a proposta final do projeto quanto ao local de instalação do tanque-rede, evitando riscos à navegação e informando sobre a sinalização da estrutura, dentre outras, fiscalizar o cumprimento das Normas da Autoridade Marítima.

Critérios básicos definidos pelo grupo:

1. Quanto ao Dimensionamento:

- 01 Tanque principal com 70m³;
- 02 Tanques satélites (para monitoramento) com 10m³;
- 01 Tanque para transporte após o cerco;
- 01 Traineira com até 10 TAB;
- 01 Rede de cerco com dimensões máximas de 300m de comprimento por 35m de altura;

2. Quanto às Cotas:

- Manutenção máxima de 160 t./ano de isca-viva, que deverá ser fornecida, gradativamente, no máximo de 4 t./semana, em sistema de rodízio supervisionado para as embarcações cadastradas/permissionadas junto ao projeto;
- Abastecimento máximo para 02 atunheiros/semana, definidas pela Colônia Z08, ABRAPESCA e SAPERJ;
- Capacidade máxima autorizada de 2 t. de estocagem de isca no tanque rede.

3. Monitoramento da Execução:

- Descrição de metodologia adequada no Projeto Piloto para testar e definir: (a) melhor forma de manejo; (b) taxa de mortalidade no tanque bem como nas tinas; (c) densidade máxima possível para o tanque e tinas; (d) acompanhamento dos parâmetros físico-químicos (temperatura, salinidade, oxigênio, amônia, entre outros) no tanque e nas tinas; (e) caracterização e participação das espécies de iscas utilizadas e outras informações de interesse.
- O projeto deverá ser acompanhado por no mínimo dois técnicos de nível superior contratados pela proponente, sendo um deles responsável pelas atividades de execução previstas no projeto em apoio à proponente e o outro, que efetuará a supervisão relacionada ao controle e cumprimento dos critérios estabelecidos, tendo a obrigação de preencher os dados que devem constar em formulários a serem elaborados previamente. Este segundo profissional estará à serviço do CEPESUL/IBAMA, sendo necessário para tanto, a celebração de Termo de Cooperação Técnica firmado entre o IBAMA e a Colônia Z08.

4. Tempo de vigência

- O projeto terá vigência de um (1) ano e, ao fim do mesmo, será realizada uma avaliação para verificar a viabilidade ou não da implementação deste sistema de fornecimento de isca-viva em outras localidades.

A partir dos critérios supra-citados, as partes interessadas deverão elaborar o Projeto nos moldes estabelecidos pela SEAP-PR, num prazo máximo de 20 dias. A SEAP-PR, após avaliação deverá encaminhar o mesmo ao IBAMA-DF para aprovação da DIFAP/CGREP e

obtenção de licença de pesquisa, ao CEPSUL/IBAMA para sugestões, acompanhamento e supervisão, a REBIO Arvoredo/IBAMA, para aprovação e acompanhamento, para a Marinha do Brasil para a autorização de instalação dos tanques na área pretendida e ao GERCO/SC, para verificação da adequação quanto a Zoneamento Ecológico-Econômico.

5. Quanto ao Cancelamento do Projeto

Caso a fiscalização flagre representantes da Colônia Z-08 capturando isca-viva no interior da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo, a entidade será autuada e o projeto automaticamente cancelado.

PROTEÇÃO INTEGRAL

NOME	ÁREA HA	UF	LEGISLAÇÃO	BIOMA	MODALIDADE PROIBIDA
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE TAMOIOS (103)	21.440,08	RJ	DECRETO 98.864	COSTEIRO MATA ATLANTICA	TODAS
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE CARIJÓS (62)	760,34	SC	DECRETO 94656	COSTEIRO MATA ATLANTICA	TODAS
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE GUARAQUEÇABA (71)	9.663,40	PR	DECRETO 87.222	COSTEIRO MATA ATLANTICA	TODAS
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE GUARAQUEÇABA (71)			DECRETO 93.053		TODAS
PARQUE NACIONAL DE ILHA GRANDE (106)	108.166,30	PR	DECRETO 30/09/1997	MATA ATLÂNTICA	TODAS
PARQUE NACIONAL DE SAINT-HILAIRE/LANGE (144)	25.168,11	PR	LEI 10227	COSTEIRO MATA ATLANTICA	TODAS
PARQUE NACIONAL DO SUPERAGUI (69)	67.856,70	PR	DECRETO 9513	COSTEIRO MATA ATLANTICA	TODAS
PARQUE NACIONAL DO SUPERAGUI (69)			DECRETO 97688		TODAS
REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE DA ILHA DOS LOBOS		RS	DECRETO 04/07/2005		TODAS
REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE DA ILHA DOS LOBOS		RS	PORTARIA N-51 23/12/87	Proíbe pesca à 500 m ao redor da Ilha dos Lobos	TODAS
RESERVA BIOLÓGICA MARINHA DO ARVOREDO (60)	17.133,48	SC	DECRETO 99.142	MATA ATLÂNTICA	TODAS
PLANO DE MANEJO REBIO ARVOREDO	-	SC	PORTARIA 81 10/09/04		

USO SUSTENTÁVEL

NOME	ÁREA HA	UF	LEGISLAÇÃO	BIOMA	MODALIDADE PROIBIDA
RESERVA EXTRATIVISTA DO MANDIRA (1450)	1.181,07	SP	DECRETO 13/12/2002	COSTEIRO MATA ATLANTICA	
RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA ARRAIAL DO CABO (773)	51.695,55	RJ	DECRETO 03/01/1997	MATA ATLÂNTICA	
RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA ARRAIAL DO CABO		RJ	PORTARIA 17-N 18/02/99		
RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DO PIRAJUBAÉ (748)	1.713,14	SC	DECRETO 533	COSTEIRO MATA ATLANTICA	
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL CANANÉIA-IGUAPÉ-PERUIBE (44)	393.909,94	SP	DECRETO 90.347	COSTEIRO MATA ATLANTICA	
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL CANANÉIA-IGUAPÉ-PERUIBE		SP	DECRETO 91.892		
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL CANANÉIA-IGUAPÉ-PERUIBE		SP	PORTARIA 64 19/04/02		
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE CAIRUÇU (36)	16.301,46	RJ	DECRETO 89.242	COSTEIRO MATA ATLANTICA	
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE GUAPI-MIRIM (116)	13.950,36	RJ	DECRETO 90.225	COSTEIRO MATA ATLANTICA	
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE GUAPI-MIRIM		RJ	PORTARIA 8 20/02/97		
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ANHATOMIRIM (63)	4.441,70	SC	DECRETO 528	COSTEIRO	
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ANHATOMIRIM	-	SC	POTARIA 5-N 20/01/98		
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA BALEIA FRANCA (143)	154.936,38	SC	DECRETO 14/09/2000	COSTEIRO MATA ATLANTICA	
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE GUARAQUEÇABA (70)	242.090,79	PR	DECRETO 90.883	COSTEIRO MATA ATLANTICA	
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE GUARAQUEÇABA		PR	PORTARIA 65 19/04/02		
ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO ILHA AMEIXAL (118)	359,52	SP	DECRETO 91.889	COSTEIRO	
ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO ILHAS QUEIMADA GR	137,76	SP	DECRETO 91.887		

PARQUES ESTADUAIS

PARQUE ESTADUAL MARINHO LAJE DE SANTOS		SP	IN 2	PARQUE ESTADUAL MARINHO DA LAJE DE SANTOS (polígono - 4 ptos)	TODAS
--	--	----	------	---	-------

ASPE (ÁREA SOB PROTEÇÃO ESPECIAL)		SP	Resolução SMA 10/02/87	Região Compreendida entre o CEBIMar - USP e imediações no município de São Sebastião	
APP			Resolução SC 8 23/03/94	Tombadas por serem bens culturais de interesse paisagístico, ambiental e científico: -Ilha da Pedra Redonda -Ilha Pequena Pequena -Ilha do Negro -Laje	
APA ILHA COMPRIDA		SP			
PARQUE ESTADUAL ILHA DO CARDOSO		SP	Decreto 40.319 03/07/62		TODAS
PARQUE ESTADUAL XIXOVÁ-JAPUÍ		SP	Decreto 35.536 27/09/93	Litoral Centro do Estado de SP, abrangendo os municípios de São Vicente e Praia Grande (área total: 901 há), com uma faixa de 300 metros de faixa de mar entorno de todo o costão	TODAS
Reserva Biológica de Jacarepaguá:		RJ	Portaria 198 16/05/69	- Lagoinha - Canal das Taxas - Lagoa do Marapen	TODAS





INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS
RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
DIRETORIA DE FAUNA E RECURSOS PESQUEIROS - DIFAP

ÁREAS DE EXCLUSÃO À PESCA - ESTADO DE SÃO PAULO -

CENTRO DE PESQUISA E GESTÃO
DE RECURSOS PESQUEIROS DO
LITORAL SUDESTE E SUL - CEPESUL

